

“Acordo em princípio é como remover uma concordata”

por Vera Saavedra Durão
do Rio

O acordo em princípio da dívida externa, anunciado pelo governo brasileiro, é, para o País, como remover uma concordata e, com ela, uma situação de excepcionalidade vivida há alguns anos perante a comunidade financeira internacional, comentou o economista da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), Gustavo Franco.

Ele alerta, porém, que este jogo de interesses positivos tem uma contrapartida para os banqueiros internacionais: o cumprimento, pelo Brasil, do programa acertado com o Fundo Monetário Internacional (FMI). A seu ver, se o Brasil “se comportar” bem frente aos compromissos assumidos de liberação do comércio, desregulamentação da economia, privatização das estatais, reforma fiscal, queda da inflação, não lhe faltará dinheiro novo. Caso contrário, a coisa muda.

Um ponto importante levantado pelo economista da PUC-RJ é o de que, mesmo sem acordo da dívida “velha”, o Brasil já vinha tendo espaço no mercado financeiro internacional, através de novos instrumentos de endividamento, como os bônus de empresas. “Estes esquemas não estão sujeitos à moratória”, lembrou Gustavo.

RETORNO DOS INVESTIMENTOS

“Uma operação de apaziguamento de mercado, que contribui para melhorar as expectativas sobre a economia brasileira.” Assim a economista Maria da Con-

ceição Tavares avaliou o anúncio feito pelo governo, ontem, do acordo em princípio da dívida externa.

Conceição destacou que o acordo não está redigido nem foi assinado, e isto não deverá ocorrer enquanto o País não tiver cumprido o acordo “stand-by” com o FMI, do qual não conseguiu cumprir algumas metas até agora.

Ela lamentou que o Brasil tivesse que ceder na cláusula referente aos juros atrasados, cujo montante de pagamento vai aumentar dos atuais 30% para 50%, após aprovação dos termos do acordo pelo Senado. “Como não temos ‘stand-by’ nem estabilidade, nos esfolam”, comentou.

Na sua análise, este aumento de percentual dos atrasados temporariamente não é dramático, pois a conjuntura internacional atual é de juros baixos e o País não está precisando de dinheiro novo. Mas esta cláusula não ajuda a estabilizar a economia, alertou. Outro fato lembrado por Conceição Tavares é de que o acordo não vai resolver o problema premente de retorno dos investimentos externos produtivos ao País. “Quem vai investir com uma inflação de 20% ao mês e com uma situação política onde não se sabe se o presidente da República sai ou fica?”, indaga.

Um efeito positivo do anúncio do acordo, na ótica da economista é que “dado que a equipe econômica do governo é competente, este anúncio passa um ar de certa estabilidade econômica, apesar da crise política. Marcílio e Malan fizeram o melhor que puderam”, elogiou.